聲明異議 TSI 01/2003

一、序

初級法院編號 PTC-186-02-03 的輕微違反案卷宗中的被告人 (A)，就原審法院於二零零三年一月十七日於原審卷宗第 55 頁（見本卷宗第 74 頁）所作的不受理上訴批示，提出本聲明異議。

聲明異議人於二零零二年九月十三日親身獲通知就其被指控的輕微違反行為定於二零零二年十月二十四日上午九時三十分於初級法院開庭審理，並依法獲告知其一切權利（見本卷宗第 30 頁）。

根據本卷宗第 31 頁的審判聽證記錄，當日被告人即本案的聲明異議人缺席，因此法官依法為其委任辯護人以便得以開庭審理。

最後，被告人即本案聲明異議人被裁定有實施違反《道路法典》第二十二條第一款及第七十條第三款的不法行為，依法被科以澳門幣壹仟圓的罰金，以及根據同一法典第七十五條第三款的規定，處以中止其駕駛執照效力十五個月（詳見本卷宗第 31 頁及 32 頁）。

根據上述的審判聽證記錄，原審法官作出裁判後即時通知各在場的人士，包括因被告人缺席而依法為其委任的辯護人（見本卷宗第 32 頁）。

本案聲明異議人於二零零二年十一月八日向原審法院請求命令對

其通知於原審卷宗對其作出的裁判，以便可能對裁判提起上訴（見本卷宗第 34 頁）。

就這一請求，原審法官於二零零二年十一月十五日作出批示，指出根據《刑事訴訟法典》第四百零一條第一款，第三百八十六條、第三百八十八條第二款、第三百七十條第七款，被告人獲親身通知審判日期而缺席，由於被告人在場非屬強制性，故法院為其委任辯護人後，被告人應被視為在場。因此，原審判決已於二零零二年十月二十四日通知被告人，故上訴期已於二零零二年十一月四日屆滿。由於判決已通知依法被視為在場的被告人，故否決其重新通知判決的請求，（理據詳見本卷宗第 37 頁及 38 頁）。

隨後，被告人於二零零二年十二月二日以傳真方式向原審法院提出請求，以原審的裁判在輕微違反訴訟程序中科處保安處分，構成法律上不存在的不可補正的無效（*nulidade insanável da inexistência jurídica*），因此屬任何時間均可由法院依職權審查的瑕疵，故請求原審法院廢止該裁判（詳見本卷宗第 46 頁至 50 頁）。

就這一請求，原審法官於二零零二年十二月五日作出批示，指裁判中所科的中止駕駛執照效力的制裁不是保安處分。另一方面，判決已確定，如對此不服，僅可以法律規定的途徑反駁之，而原審法官一經作出裁判，其審判權力便完結（見本卷宗第 51 頁）。

被告人不服，向中級法院提出上訴（其上訴狀內容如下：

Proc. n.º PCT-186-02-3

Exmo. Senhor

Processo Contravencional

Juiz de Direito do

3.º Juízo

Tribunal de Segunda Instância

(A), arguido nos autos supra indicados, não se conformando com o despacho proferido a fls 31 dos autos, vem nos termos dos disposto nos artigos 372.º e 389.º e segs. Do Código de Processo Penal (adiante CPP), dele interpor recurso para o Tribunal de Segunda Instância, o qual sobe imediatamente (artigo 397.º, n.º 1, al. a) e n.º 2 do CPP), nos próprios autos (artigo 396.º, n.º 1 do CPP), e tem efeito suspensivo (artigo 398.º, n.º 1, al. a) do CPP).

Para efeitos de dar cumprimento ao disposto no artigo 401.º, n.º 2, do CPP, desde já apresenta a sua motivação;

I

Quaisquer questão de direito que de que pudesse recorrer a decisão recorrida (artigo 400º, n.º 1 do CPP)

1. O recorrente foi notificado a fls. 31 do seguinte despacho:

“Antes de mais, convém esclarecer que a suspensão da validade da carta de condução não é uma medida de segurança.

Por outro lado, a decisão já transitou em julgado em julgado, não se conformando o arguido só poderá impugná-la por meios previstos na lei, sendo certo que, proferida a sentença, fica desde já esgotado o poder jurisdicional do juiz quanto à materia em causa”

2. O recorrente discorda com o despacho acima referido porque a suspensão da validade da licença de condução é uma medida de segurança, bem como a sentença não transitou em julgado, logo não está

esgotado o poder jurisdicional do juiz.

3. Se está esgotado o poder jurisdicional como poderá o juiz do Tribunal “a quo” proferir despacho a considerar que a validade da licença de condução não é uma medida de segurança.

4. Acresce que, se não estamos perante uma medida de segurança, estamos perante o quê? Pena acessória?. Se assim for! Ainda mais grave é o erro cometido pelo tribunal “A quo”.

5. Em todo o caso, o recorrente entende que não está esgotado o poder jurisdicional do juiz por estamos perante a inexistência de um acto processual ou perante uma nulidade insanável, logo invocáveis a todo o tempo.

6. Vejamos o caso em concreto:

7. No dia 24 de Outubro, o recorrente foi condenado, por sentença proferida verbalmente e ditada na acta, como autor material e na forma consumada de uma contravenção p. e p. pelo artigo 22.º, n.º 1, e artigo 70º, n.º 3 do Código da Estrada.

8. Na referida sentença foi aplicada ao recorrente a “medida de segurança” de inibição da condução, tendo-lhe sido suspensa a validade da licença de condução por um período de quinze (15) meses nos termos do disposto no artigo 75º, n.º 3 do Código da Estrada.

9. Salvo melhor opinião, é entendimento pacífico que as contravenções punidas com prisão e multa, ou tão só prisão, bem como com medida de segurança (como acontece no presente caso), não se aplica o processo especial de contravenção, mas sim o comum, sendo obrigatório haver um auto de notícia, inquérito e remessa do processo ao Ministério Público que arquiva ou deduz acusação em processo comum.

10. Os autos comprovam que estas fases processuais não

foram cumpridas, pelo que, está vedada ao juiz a sua aplicação automática.

11. Na eventualidade de se prespctivar a aplicação da medida de segurança acima referida, obrigatoriamente, deve o processo seguir a forma de processo comum e não a especial, sendo para tal informado o Ministério Público para fazer prosseguir os seus tramites legais.

12. Entende o recorrente que, no caso concreto, apesar da qualificação jurídica de nulidade insanável, estamos perante um vício de inexistência jurídica do acto que aplicou a mencionada “medida de segurança”, e cujo o conhecimento é oficioso, invocável a todo o tempo.

13. Este vício, impede o trânsito em julgado da decisão final, podendo se arguida e declarada a todo o tempo, mesmo após a sua ocorrência. Ou seja, que não pode a sentença proferida produzir quaisquer efeitos jurídicos definitivos, nem sequer de forma precária.

14. Apesar da estranheza e da sua não previsão no Código de Processo Penal temos que ter em conta que:

“Os vícios da actividade processual devem, por isso mesmo, dividir-se em dois grandes grupos. De um lado, aqueles que, embora insanáveis no decurso do processo, não impedem o trânsito em julgado da decisão final. De outro lado, aqueles que impedem a formação do caso julgado, podendo ser arguidos e declarados em todo o tempo, mesmo após a sua ocorrência”^{1e2} .

¹ Contributo para a análise da inexistência e das nulidades processuais, João Conde Correia, STVDIA IVRIDICA, 44, Boletim da Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra – COIMBRA EDITORA.

² Para Siracurso, Delfino/Dalia, Andrea /Galati, Antonino /Tanchina, Giovanni/ Zappalà, Enzo, Manuale...p.364, constituiria um exagero no plano formal e uma injustiça no plano substancial entender o regime da conservação dos actos inválidos a outros com defeitos ainda mais graves. Por isso, a maioria dos autores defende que os vícios que constituem inexistência são insanáveis e os vícios que constituem nulidade são sanáveis.

15. No campo muito limitado das nulidades e com os contornos do código de processo penal, é inquestionável que a figura da inexistência tem autonomia dogmática bastante e razoável capacidade prática, para o recorrente poder sustentar a sua aplicação ao caso concreto em apreço.

16. Também se pode prespективar que, não tendo sido seguida a forma de processo comum quanto à aplicação da “medida de segurança” – suspensão da validade da carta de condução, p. e p. no artigo 75.º n.º 3 do CE, os presentes autos estão feridos, nos termos do artigo 106.º, al. d) e e) de nulidade insanável.

17. O artigo 106º do Código de Processo Penal prevê que, para além de outras, são nulidades insanáveis a falta de inquérito ou de instrução, nos casos em que a lei determinar a sua obrigatoriedade, bem como, o emprego de forma de processo especial fora dos casos previstos na lei.

18. As nulidades insanáveis são invocáveis a qualquer tempo e de conhecimento oficioso.

CONCLUSÕES:

a) O arguido discorda com do despacho a fls. 31 porque a suspensão da validade da licença de condução é uma medida de segurança, bem como a sentença não transitou em julgado, logo não está esgotado o poder jurisdicional do juiz.

b) Se não estamos perante uma medida de segurança estamos perante o quê? Pena acessória?

c) O recorrente entende que não está esgotado o poder jurisdicional do juiz por estamos perante a inexistência de um acto processual ou perante uma nulidade insanável, logo invocáveis a todo o tempo.

d) No dia 24 de Outubro, o recorrente foi condenado, por sentença proferida verbalmente e ditada na acta, como autor material e na

forma consumada de uma contravenção p. e p. pelo artigo 22.º, n.º 1, e artigo 70º, n.º 3 do Código da Estrada.

e) Na referida sentença foi aplicada ao recorrente a “medida de segurança” de inibição da condução, tendo-lhe sido suspensa a validade da licença de condução por um período de quinze (15) meses nos termos do disposto no artigo 75º, n.º 3 do Código da Estrada.

f) As contravenções punidas com prisão e multa, ou tão só prisão, bem como com medida de segurança (como acontece no presente caso), não se aplica o processo especial de contravenção, mas sim o comum, sendo obrigatório haver um auto de notícia, inquérito e remessa do processo ao Ministério Público que arquiva ou deduz acusação em processo comum.

g) Os autos comprovam que estas fases processuais não foram cumpridas, pelo que, está vedada ao juiz a sua aplicação automática.

h) Na eventualidade de se prespctivar a aplicação da medida de segurança acima referida, obrigatoriamente, deve o processo seguir a forma de processo comum e não a especial, sendo para tal informado o Ministério Público para fazer prosseguir os seus tramites legais.

i) No caso concreto, apesar da qualificação jurídica de nulidade insanável, estamos perante um vício de inexistência jurídica do acto que aplicou a mencionada “medida de segurança”, e cujo o conhecimento é oficioso, invocável a todo o tempo.

j) Este vício, impede o trânsito em julgado da decisão final, podendo se arguida e declarada a todo o tempo, mesmo após a sua ocorrência. Ou seja, que não pode a sentença proferida produzir quaisquer efeitos jurídicos definitivos, nem sequer de forma precária.

k) No campo muito limitado das nulidades e com os contornos

do código de processo penal, é inquestionável que a figura da inexistência tem autonomia dogmática bastante e razoável capacidade prática, para o recorrente poder sustentar a sua aplicação ao caso concreto em apreço.

l) Também se pode prespectivar que, não tendo sido seguida a forma de processo comum quanto á aplicação da “medida de segurança” – suspensão da validade da carta de condução, p. e p. no artigo 75º n.º 3 do CE, os presentes autos estão feridos, nos termos do artigo 106.º, al. d) e e) de nulidade insanável.

m) O artigo 106.º do Código de Processo Penal prevê que, para além de outras, são nulidades insanáveis a falta de inquérito ou de instrução, nos casos em que a lei determinar a sua obrigatoriedade, bem como, o emprego de forma de processo especial fora dos casos previstos na lei.

n) As nulidades insanáveis, incluindo a inexistência dos actos processuais são invocáveis a qualquer tempo e de conhecimento oficioso.

Termos em que deverá o presente recurso ser julgado procedente e declarar-se que a sentença proferida nos presentes autos está ferida do vício de inexistência jurídica no que concerne à aplicação da “medida de segurança” – suspensão da validade da carta de condução pelo período de 15 meses, p. e p. nos termos do artigo 75.º, n.º 3 do Código da Estrada.

Se este o entendimento não acolher a devida aceitação, subsidiariamente,

Deve declarar-se que a referida sentença esta inquinada dos vícios de nulidade insanável previstos nos artigo 106º, al. d) e e) do Código de Processo Penal.

Em consequência não deve ser aplicada, ao recorrente, nos

presentes autos a “medida de segurança” – suspensão da validade da carta de condução pelo período de 15 meses, p. e p. nos termos do artigo 75.º, nº 3 do Código da Estrada.)

就這一上訴書狀，原審法官於二零零三年一月十七日作出批示，根據《刑事訴訟法典》第三百七十二條及三百八十八條的規定，不受理上訴。

就這不受理上訴的批示，被告人提起本聲明異議，理據如下：

RAZÕES QUE JUSTIFICAM A ADMISSÃO DO RECURSO

5º

O reclamante interpos recurso por que não se conformou com a decisão do tribunal Judicial de Base proferida no despacho a fls. 31 no qual entende o Exmº Juíz que:

“Antes de mais, convém esclarecer que a suspensão da validade da carta de condução não é uma medida de segurança.

Por outro lado, a decisão já transitou em julgado em julgado, não se conformando o arguido só poderá impugná-la por meios previstos na lei, sendo certo que, proferida a sentença, fica desde já esgotado o poder jurisdicional do juíz quanto à materia em causa”

6º

Pelo despacho reclamado a folhas 51 foi decidido não admitir esse recurso, com fundamento de o despacho a fls. 31 não ser uma decisão que não põem termo ao processo.

7º

Tal entendimento, porém, salvaguardando o devido respeito, não pode ser aceite.

8º

As razões que justificam a admissão do recurso em apreço são as que o reclamante a seguir indica:

a)

DO DESPACHO A FOLHAS 31 – E SEU EFEITO JURIDICO

9º

O recurso como a cima dito foi interposto do despacho a folhas. 31 dos autos, mas para V. Ex^a entender o motivo pelo qual foi interposto o recurso pelo recorrente tem de recuar um pouco mais atrás nos autos.

10º

Na realidade o recorrente solicitou a 8 de Novembro de 2002 que lhe fosse feita a notificação da sentença condenatório proferida nos presentes autos porque tencionava recorrer da mesma.

11º

O Juiz do processo, através do despacho 17 e 18 entendeu não proceder a nova notificação porque se torna desnecessária perante o transito em julgado da mesma.

12º

O recorrente, no dia 21 de Novembro pediu a consulta dos autos porque não sufragava do entendimento do referido despacho, tendo até, demonstrado a intenção de poder eventualmente vir a recorrer do mesmo.

13º

Por opção, o recorrente decidiu invocar, pelo requerimento que deu entrada, através de telecópia, em 2 de Dezembro 2002, o seguinte:

“Pelo razões acima exposta, salvo melhor entendimento, requer a V. Ex^a se digne declarar, oficiosamente, que a sentença proferida nos presentes autos está ferida do vício de inexistência jurídica no que concerne à aplicação da “medida de segurança” – suspensão da validade da carta de

condução pelo período de 15 meses, p. e p. nos termos do artigo 75.º, nº3 do Código da Estrada.

Se este o entendimento não acolher a devida aceitação, subsidiariamente,

Requer a V. Exª que se digne declarar que a referida sentença esta inquinada dos vícios de nulidade insanável previstos nos artigo 106º, al. d) e e) do Código de Processo Penal.”

14º

É na sequência deste requerimento, no qual o recorrente diz que a sentença estava *ferida do vício de inexistência jurídica no que concerne à aplicação da “medida de segurança” – “invocável a qualquer tempo – que o juiz profere o despacho a fls. 31.*

15º

Deste despacho a fls. 31 que não pode ser visto como um despacho isolado, mas sim como um despacho no qual o juiz se nega ter o conhecimento oficioso do referido vício de inexistência jurídica que deve ser entendimento o recurso do recorrente.

16º

Ao recusar o recurso o juiz do processo está simplesmente a não permitir que seja feita a garantia da dupla jurisdição do sistema judicial sobre o problema levantado pelo recorrente aquando do seu requerimento que deu entrada, através de telecópia, em 2 de Dezembro 2002.

17º

ou seja, invocou o recorrente que, oficiosamente, o juiz do processo deveria declarar a “inexistência jurídica” *no que concerne à aplicação da “medida de segurança” – suspensão da validade da carta de condução pelo período de 15 meses, p. e p. nos termos do artigo 75.º, nº 3 do Código da Estrada.*

18º

Negou o juiz tal pretensão.

19º

E recorreu o recorrente dessa negação, uma vez que entende que deveria o juiz oficiosamente correr o vício da inexistência jurídica, uma vez que a decisão de suspender a carta, em processo contravencional, não tem qualquer acolhimento no enquadramento jurídico-penal.

20º

Ao negar a interposição de recurso o juiz do processo cingiu-se simplesmente ao plano formal e processual para obstruir que o tribunal de segunda instância se possa pronunciar sobre a existência ou não de um vício que nunca estará sanado, caso exista, no plano jurídico.

21º

Porque decidiu o juiz do processo no despacho a folhas. 17 e 18 não atender ao requerimento do recorrente que invocou a nulidade insanável da inexistência jurídica, não deve, o mesmo, obstruir invocando normas processuais que se sobrepõem a normas materiais.

22º

Todas as nulidades insanáveis são sanáveis após o trânsito em julgado da sentença penal, mas é preciso ter em atenção que o vício que o recorrente invoca não se encontra no plano processual, porque, como explica o recorrente na sua motivação, este vício é inerente aos princípios estruturais do direito penal.

23º

Em todo o caso, se o recorrente tem razão ou não!, deve ser a Segunda Instância a decidir.

24º

Certo é que a não admissão do recurso no caso concreto deve

ser entendida como numa negação da garantia da dupla jurisdição das decisões.

25º

Aqui chegados importa saber, se a justiça processual se subrepõem a justiça material?

26º

Se sim! Esteve bem o juiz do processo ao negar a admissão do recurso.

26º

Se não! Deve ser o recurso se admitido! Uma vez que existe na sentença um vício “inexistência jurídica”, o qual não produz qualquer efeito jurídico, e que, caso tenha o recorrente razão, deve ser corrigido.

Em suma:

27º

O despacho a folhas. 31 vem na sequência do pedido no qual o recorrente invoca ao juiz relator a existência do vício da “inexistência jurídica” em relação a medida de segurança aplicada ao recorrente,

28º

O despacho a folhas. 31 rejeitou a pretensão do recorrente, logo é totalmente legítimo recorrer deste despacho, sob pena de se rejeitar, no caso concreto, a garantia da dupla jurisdição das decisões.

Pela razões acima exposta, deve no deferimento da presente reclamação, ser admitido ou mandado ser admitido o recurso em causa.

O reclamante, indica, nos termos do disposto no artigo 395º, nº 3 do CPPM para instruir a presente reclamação certidão de todo o processado referente ao Proc. n.º PCT-186-02-3, 3.º Juízo.

Pede deferimento, 」

二、 分析

就法院審理範圍的問題，José Alberto dos Reis 教授曾於其著作（Código de Processo Civil Anotado, 第五卷(重印), Coimbra Editora Lim. 出版社，1984，第一百四十三頁）中指出：

「Quando as partes põem ao tribunal determinada questão, socorrem-se, a cada passo, de várias razões ou fundamentos para fazer valer o seu ponto de vista; o que importa é que o tribunal decida a questão posta; não lhe incumbe apreciar todos os fundamentos ou razões em que elas se apoiam para sustentar a sua pretensão」(可中譯為：如當事人向法院提出某一特定問題而不斷利用多個理由或依據以支持其觀點，則法院最重要處理者是就提出的問題作出裁判，而非審查當事人爲支持其請求而提出的全部依據或理由)

(相同理解可見於二零零二年五月三十日第 84/2002 號及第 87/2002 號合議庭裁判、二零零一年五月十七日第 63/2001 號合議庭裁判、二零零零年十二月七日第 130/2000 號合議庭裁判等)。

根據這一主流的學說理解，我們僅須根據事實理由和法律理由審查原審法官的不受理上訴批示是否合法，而無須逐一審查聲明異議人提出的各種不同的理據。

《刑事訴訟法典》第一百零五條第一款及第二款規定：

.....

因此，根據法律的規定，違反或不遵守刑事訴訟法的規定可構成無效情事（nulidades）或不當情事（irregularidade）。

根據第一百零六條及第一百零七條的規定，無效情事細分為不可補正的無效及取決於爭辯的無效。

無論是屬以上列者的任何一種不法情事，只有在訴訟的判決確定前方可審查。一旦訴訟的判決確定下來，基於法律的穩定和肯定原則，則不能再變更，除非通過法律明示的非常上訴中的再審的方式為之（《刑事訴訟法典》第四百三十一條）。

除了上述的無效情事及不當情事外，有學者在學說上引出另一種更嚴重的瑕疵「法律上不存在」。「法律上不存在」不屬任何一種法律明示的無效情事，然而其嚴重及不法程度明顯地不能被歸類為單純的不當情事，例如由司法文員而非法官審判等。（見 GERMANO MARQUES DA SILVA, CURSO DE PROCESSO PENAL, II, 第 75 頁）

然而，聲明異議人在本個案中所持的依據是原審法院沒有以普通刑事訴訟程序而對其科處保安處分，因此，構成「法律上不存在」的不可補正的無效。

由此可見，聲明異議人把無效情事及「法律上不存在」兩種瑕疵混為一談。一方面說是法律上不存在，另一方面卻說構成《刑事訴訟法典》第一百零六條 d 及 e 項的不可補正無效情事。

然而，我們從上文的分析已明確指出，儘管是最嚴重的不可補正的無效情事，也僅可在訴訟的判決確定前審查。一旦判決確定後即使該無效情事存在，如不構成《刑事訴訟法典》第四百三十一條所列舉的任一情況，均不得再審查。（見 GERMANO MARQUES DA SILVA，同一著作第 62 頁。）

那麼，有需要查究原審判決是否已確定。

從卷宗的材料及本裁判的序言部份所載，本聲明異議人親身被告知開庭審判日期和其他法定的權利，包括無須親身出庭受審。

一如原審法官於原審卷宗第 18 頁及第 19 頁（見本卷宗第 37 及 38 頁）所作批示的理由說明部份所言，根據《刑事訴訟法典》第三百八十八條第二款、三百七十條第七款、三百八十六條第四款，由於聲明異議人親身獲通知開庭日期而缺席且無自行委任律師代表，而法院根據第三百八十六條第四款為其委任辯護人而開庭審理。

根據立法精神及澳門法院一貫的司法見解，在輕微違反的訴訟程序中，被告人的在場非屬強制性。因此，如被告人獲通知開庭審判日期但不到場，則法院依職權為其委任律師而審判聽證則繼續進行直至完結，而缺席的被告人則在法律上視為等同在場（見前高等法院第 1095 號上訴卷宗於一九九九年七月七日的合議庭裁判）。

根據原審的審判記錄，法官在庭上宣告裁判和通知各在場人士，因

此，就該裁判提起上訴的十天法定期間起始日應為翌日，即二零零二年十月二十四日，因此上訴期間於十一月四日屆滿，且於十一月五日零時零分確定。

基於判決已確定，聲明異議提出的上訴應因逾期而不予受理。

此外，根據刑訴學者 GERMANO MARQUES DA SILVA 於其上述著作第 75 頁所言，雖然法律上不存在這一瑕疵不會因判決確定而獲得補正，但如聲明異議人所言的理由成立，即原審法官以輕微違反訴訟程序對其科處保安處分屬實，則僅構成《刑事訴訟法典》第一百零三條 f 項的瑕疵，而非法律上不存在的瑕疵。因此，在程序上而言判決已確定，不能再提起上訴。

另一方面，根據原審法官的裁判，聲明異議人被科處《道路法典》第七十五條第二款規定的附加制裁。根據這一條文的規定，中止行為人駕駛執照效力的科處前提是行為人曾實施超逾一次的輕微違反行為，而非刑事不法行為。一如我們所知，保安處分的適用前提是行為人曾實施一符合罪狀的不法行為，因此第七十五條規定的制裁不可能是保安處分。

事實上，根據《刑法典》第一條第二款及第三款、第八十三條至九十五條的規定，澳門現行的刑事制度中法官能科處的保安處分僅有兩種——不可歸責者之收容（第八十三條）及業務的禁止（第九十二條）（同樣的理解見 LEAL - HENRIQUES 及 SIMAS SANTOS, *Noções Elementares de Direito Penal de Macau*, 第 193 頁。）

因此，聲明異議人的保安處分論完全不成立，故實質上而言聲明異議人亦欠缺理據。

三、 結論及裁判

綜上所述，本異議所持理由概不成立，本人決定維持原審法院作出的不受理上訴的批示。

根據《法院訴訟費用制度》第七十條第一款規定，由提出異議人支付司法費 4UC。

按《刑事訴訟法典》第四條適用《民事訴訟法典》第五百九十七條第四款通知各訴訟主體，隨後發回原審法院。

* * *

二零零三年三月十一日，於澳門特別行政區

中級法院院長

賴健雄